

PAIS E MESTRES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: A VISÃO DE UM CIDADÃO

Ivan Silva

O desempenho dos alunos das escolas de ensino básico no Distrito Federal apresentou índice 7,4 nas escolas particulares e índice 6,0 nas escolas públicas (IDEB, 2017). O que significa dizer que, nos primeiros anos de escolarização nas escolas da Capital Federal, o índice das escolas particulares está um pouco acima da média nacional e o índice das escolas públicas está muito abaixo da média nacional. O índice IDEB mede a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Esta informação nos possibilita algumas reflexões.

Seria esse desempenho comparativamente ruim nas escolas públicas apenas responsabilidade do Estado? Se o conteúdo curricular básico para todas as escolas deve seguir uma matriz curricular, em sintonia com o MEC e com a Secretaria de Estado de Educação do DF e se o Estado provê recursos suficientes para as escolas classe, não seria de se esperar um desempenho relativamente próximo entre essas escolas e as escolas particulares?

Dado que as escolas públicas também são espaços relativamente abertos à comunidade e que o governo segue a política de Estado a ideia de Gestão Democrática nas escolas, chegamos a questionamentos centrais de discussão: é possível para as pessoas que atuam nas Associações de Pais e Mestres ajudar na construção de atividades que poderiam melhorar o desempenho dos alunos de uma escola? Essa participação poderia elevar, de modo geral, a qualidade do ensino? É possível buscar garantia quando se trata de educação? E o que seriam possíveis esforços? Ou ainda, como entender o fato de não ser ter uma participação efetiva desses personagens nessas discussões?

Como brasileiro e preocupado em entregar um país melhor para as próximas gerações, sempre me pergunto por que participamos tão pouco na decisão e execução das atividades nas escolas de nossos filhos. Os espaços não são completamente aproveitados pelos pais e mestres. Se bem utilizados, supostamente poderíamos ter um desempenho melhor no ensino de nossos alunos.

Uma possível explicação seria o tipo de metodologia utilizada, escrita por especialistas e padronizada para todo o país, em obediência a um modelo hegemônico, sem se avaliar as especificidades locais? Isso seria um empecilho para um bom desempenho? Nas últimas décadas, o saber transmitido pelas famílias e comunidades não conseguiu transpor os muros da escola. O que se ensina na escola também não responde completamente às necessidades dos

alunos em formação. Os professores dificilmente conhecem os pais de seus alunos. A participação nas reuniões, principalmente a do pai, é insignificante. Outros eventos também não são aproveitados para se estreitar os laços relacionais entre pais e mestres e a comunicação também não é efetuada de modo eficaz.

A escola brasileira, nas últimas décadas, organizou todo o processo de ensino-aprendizagem por etapas de desenvolvimento maturacional que seguem uma ordem. O aluno tem de estudar o que a escola estabelece porque o currículo escolar parece ter sido escrito para bem do aluno e isso poderia levá-lo a ser alguém na vida (MOREIRA, 2014). O modelo hegemônico não proíbe a participação de professores e pais nessa organização curricular, por outro lado, também não privilegia a participação, sobrando discussões apenas superficiais.

Os qualificadores da educação atual poderiam ser descritos como uma educação bancária, que aprisiona professores e alunos em conteúdo massificado e em busca de um sonho de consumo de se ter mais inteligência ou de se ter uma vida melhor. Mas esse conceito traz consigo uma necessidade de cumprimento fiel do currículo, colocando as pessoas como prisioneiras de uma dominação externa à sua vontade.

O modelo de educação que, de modo geral, se realiza em nossas escolas poderia ser entendido com base em uma metáfora do ato bancário de depositar, uma relação entre depositário e depositante, em que os educandos são os depositários e o educador é o depositante (FREIRE, 1987).

A necessidade de se ter bases únicas de modelo, a obrigatoriedade de se seguir livros-texto e o despreparo ou descuido de professores e pais em discutir esse modelo aparentemente justificam o surgimento do termo dificuldade de aprendizagem. Essa expressão engloba uma série de explicações que vão desde possíveis problemas neurológicos até possíveis desajustes do aluno ou sua família em entender o que é a aprendizagem. Apenas uma coisa parece certa: a interpretação de que a dificuldade de aprendizagem está no aluno e não na metodologia ou na necessidade de se cumprir um roteiro que não foi bem escolhido para aquela realidade.

Os valores culturais e sociais, os costumes, as crenças e as estruturas familiares estão sendo rearranjados para tentar a adaptação do aluno a modelos predeterminados. Aparentemente, o caldo cultural, que deveria fazer refletir os ensinamentos na escola, foi esquecido. Os pais e professores, representantes de uma cultura local, não são chamados para essa discussão e buscam apenas se adaptar àquilo que governantes, técnicos ou educadores de fora do contexto da comunidade já decidiram ser melhor para aqueles alunos.

A teoria a ser aplicada parece ser apropriada e suficiente a todos. Assim, apresenta-se como fato consumado que, quanto mais escolarizada uma sociedade, mais sente-se a

necessidade de um corpo de especialistas para gerir a vida das pessoas (ILLICH, 1976). Alguns temas que deveriam ser debatidos em profundidade, na busca de melhor entendimento para disseminação em toda sociedade talvez sejam apenas tangenciados. Moral e ética, relacionamentos e respeito a valores não são discutidos na profundidade que merecem.

Parece não ser muito acertado condicionar a educação escolar, o ensino e aprendizagem, bem como o desenvolvimento dos alunos para sua atuação nos mais diversos papéis sociais, ao uso de conceitos e técnicas pré-estabelecidos e genéricos, já que a formação exige algo a mais e a simplificação dificulta a ação do professor a voltar-se para o aluno e considerá-lo em sua singularidade (BRITO, 2005). A avaliação do sistema de ensino, quase que exclusivamente em cima de repasse e absorção de conteúdo, esvazia a possibilidade de crescimento emocional e de relacionamento.

A realidade nas escolas (principalmente públicas) se aproxima mais da violência, às vezes camuflada, da disputa por espaço ou interesse, em que cada um tenta se salvar de seus próprios problemas internalizados. Nesse contexto, os pais entendem que a educação é responsabilidade exclusiva da escola e professores se debatem entre um currículo a ser cumprido e outras várias funções, a fim de reduzir prejuízos claros na formação dos alunos, sem apoio integral da própria escola, da sociedade e também dos pais.

Em relação a respostas a esses problemas, não existe uma garantia. Mas a presença da família no dia a dia da escola, quebrando essas correntes elencadas, aparentemente contribuiria para o desenvolvimento da criança. Essa colaboração entre pais e mestres poderia se dar em vários níveis da escolarização e da educação, com estreitamento de vínculos.

Talvez existam dificultadores demais para quem está na ponta do ensino, na execução das tarefas junto aos alunos, ou esses profissionais não façam a assunção dos desígnios de suas próprias vidas e busquem suas próprias identidades e interesses (SOUZA, 2017). Já os pais, eles também parecem absortos em outras tarefas e não priorizam o acompanhamento do desenvolvimento escolar de seus filhos. Presos ao cumprimento de papéis que aparentemente estariam estabelecidos para pais e professores, esses importantes personagens têm dificuldade em se libertar e buscar construir oportunidades em que todos possam sair ganhando.

REFERÊNCIAS

BRITO, I.F.. **Desenvolvimento infantil: Concepções de professores e suas implicações na manifestação do preconceito**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ILLICH, I.. **Sociedade Sem Escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, D.L.. **Dificuldade de Aprendizagem: Um conceito oriundo da educação bancária**. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Centro Universitário de Brasília, 2014.

SOUZA, J.M. E.. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, 2017.

IDEB, <https://www.qedu.org.br/brasil/ideb/ideb-por-estados?dependence=4&grade=1&edition=2017>, consulta em 24.06.2020.